



Docusign Envelope ID: 1C7C9D75-8A2F-4609-9BD5-5E19D455C98F



Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC oferecendo produtos e serviços com excelência para pessoas físicas. A Financeira passou a ofertar em maio de 2021 o crédito pessoal e incrementou ao seu portfólio de produtos ativos a partir de fevereiro de 2022 com o financiamento das operações de crédito dos Cartões *Ouze*, emitidos pela empresa coligada *Calcard S.A. Instituição de Pagamentos*. As captações de recursos para o financiamento das operações ativas são realizadas pela colocação de produtos de investimentos com a emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico do exercício de 2025 manteve-se desafiador, com inflação persistente e taxas de juros em patamares elevados, impactando diretamente o custo do crédito e o consumo das famílias. Apesar disso, a atividade econômica apresentou crescimento moderado, sustentado pela resiliência do mercado de trabalho e pela continuidade da demanda em setores essenciais.

Esse ambiente exigiu das instituições financeiras maior seletividade na originação e rigor na gestão de riscos, o que reforçou a disciplina da Calcred na concessão de crédito e na manutenção de indicadores sólidos de capital e liquidez.

Desempenho Operacional

A carteira de crédito ao consumidor da Financeira é composta pelas operações de financiamento do “Cartão *Ouze*” administrado e emitido pela *Calcard S.A. - Instituição de Pagamento* (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no país. A carteira de crédito totalizou R\$270.180 em 31 de dezembro de 2025. Sendo R\$227.888 oriundos da operação do cartão de crédito *Ouze* e R\$42.292 da operação de Empréstimo Pessoal. Pela natureza das operações que são, em sua maioria, originadas do Rotativo, essa carteira é mais concentrada nas faixas de atraso de 1 a 90 dias.

O resultado do exercício de 2025 foi um lucro de R\$1.649, decorrente principalmente receitas de serviços como taxa de intercâmbio, rendas de tarifas bancárias e comissão. Em um ambiente macroeconômico ainda marcado por juros elevados e maior seletividade na concessão. Em resposta a esse cenário, a Financeira reforçou sua política de crédito, revisando processos de elegibilidade e fortalecendo os mecanismos de cobrança e recuperação. Além disso, buscou maior prudência na gestão da carteira de cartões, priorizando clientes com maior capacidade de pagamento. Essas ações refletem o compromisso da Administração em preservar a qualidade da carteira, reduzir a exposição a riscos excessivos e assegurar a trajetória de sustentabilidade e continuidade operacional da Calcred.



Perspectivas

As perspectivas indicam continuidade de um cenário de cautela, com inflação ainda pressionada e Selic elevada, limitando a expansão do crédito. A Calcred seguirá atuando de forma prudente e estratégica, com foco na rentabilização sustentável, na diversificação de produtos e serviços financeiros e no fortalecimento das sinergias com o varejo do Grupo STZ. A prioridade permanece no equilíbrio entre crescimento e preservação da qualidade da carteira, assegurando a solidez e a continuidade operacional da Financeira.

Auditoria Independente

A Financeira possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos à auditoria independente relativos ao exercício de 2025 montam R\$146.

Agradecimentos

A Calcred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento agradecem aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento no exercício de suas funções e aos seus clientes e parceiros de negócios pela confiança depositada.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de março de 2025, sem ressalvas.



Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 5 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Assinado por
Daniel Naves Marteletto
CPF: 040.000.000-00
Pessoa Física inscrita no CNPJ nº 04.000.000/0001-91
Data: 05/03/2026 às 10:00:00
Assinatura: 040.000.000-00
CRC 2SC000160/F-5

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Docusign Envelope ID: 1C7C9D75-8A2F-4609-9BD5-5E19D455C98F

Calcred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	4	27	Passivos financeiros		156.559
			Passivos financeiros ao custo amortizado		
Ativos financeiros		138.032	Depósitos a prazo	12	156.559
Ativos financeiros ao custo amortizado		138.032			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	35.514	Outros passivos	13	18.576
Títulos e valores mobiliários	6	-			
Operações de crédito	6	270.180			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(188.618)			
Outros ativos financeiros					
Ativos fiscais diferidos	7	35.407			
Créditos tributários		35.407			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	20.956			
Títulos e valores mobiliários		20.956			
Outros ativos	8	38.041			
Imobilizado de uso, líquido	10	470	Patrimônio líquido	18	37.903
			Capital social		73.990
Intangível, líquido	11	1.061	Reservas de lucros		(36.067)
			Ajustes de avaliação patrimonial		(20)
Total do ativo		213.038	Total do passivo e patrimônio líquido		213.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Receita da intermediação financeira		91.090	191.608
Receita de operação de crédito	6 (g)	87.094	184.211
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.785	3.008
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.624	2.898
Resultado com cessão de crédito	6 (h)	587	1.491
Despesa da intermediação financeira		(84.227)	(167.794)
Provisão para perdas esperadas sobre ativo financeiro	6 (i)	(70.250)	(141.067)
Despesas de captação	12 (a)	(13.977)	(26.727)
Resultado bruto operacional		6.863	23.814
Outras receitas e (despesas) operacionais		(3.389)	(21.101)
Receitas de prestação de serviços	16	20.452	21.554
Despesas de pessoal	17	(647)	(1.246)
Despesas administrativas	18	(1.954)	(3.987)
Despesas tributárias	19	(5.113)	(9.410)
Outras receitas/despesas operacionais	20	(16.127)	(28.012)
Outras receitas/(despesas) não operacionais		(9)	(20)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.465	2.693
Imposto de renda e contribuição social	21	(959)	(1.044)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.431)	(2.431)
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.472	1.387
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		2.506	1.649
Quantidade de ações do capital social		73.990	73.990
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,0339	0,0223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: 1C7C9D75-8A2F-4609-9BD5-5E19D455C98F

Calcred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstração de resultados abrangentes
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) do semestre	2.506	1.649
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(129)	881
Variação de valor justo de ativos financeiros	(294)	1.389
Efeitos fiscais	165	(508)
Resultado abrangente total	2.377	2.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: 1C7C9D75-8A2F-4609-9BD5-5E19D455C98F

Calcred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros		Lucros/ Prejuízos acumulados	Ourtros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	73.990	-	-	(29.564)	(901)	43.525
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN no. 4.966/21	-	-	-	(8.239)	-	(8.239)
Outros ajustes	-	-	-	87	-	87
Saldos em 01 de janeiro de 2025	73.990	-	-	(37.716)	(901)	35.373
Resultado do exercício	-	-	-	1.649	-	1.649
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	881	881
Saldos em 31 de dezembro de 2025	73.990	-	-	(36.067)	(20)	37.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: 1C7C9D75-8A2F-4609-9BD5-5E19D455C98F

Calcred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido	2.506	1.649
Depreciação e amortização	628	1.255
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.683	141.067
Provisão para passivos contingentes	22	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.472)	(1.387)
Variações nos ativos e passivos	(48.686)	(134.487)
(Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários	6.109	5.004
(Aumento)/redução de operações de crédito	(41.206)	(122.039)
(Aumento)/redução Outros ativos	(7.419)	6.797
Aumento/(redução) de depósitos a prazo	(14.716)	(23.518)
Aumento/(redução) outros passivos	8.546	(731)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	19.681	8.097
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(32)	(350)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(32)	(350)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	-	-
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	19.649	7.747
Caixa e equivalente de caixa no início do período	15.892	27.794
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	35.541	35.541
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	19.649	7.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira” ou “Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC.

A Financeira oferece produtos como o financiamento de cartões de crédito e crédito pessoal para pessoas físicas, bem como produtos de investimentos com emissão de CDB’s. Foi constituída em 10 de março de 2020, recebendo autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento em 03 de maio de 2021, conforme publicação no Diário Oficial no dia 05 de maio do mesmo ano.

A partir de maio de 2021, iniciou as operações de crédito na modalidade do crédito pessoal e desde fevereiro de 2022 passou a ofertar o financiamento de cartões de crédito nas modalidades do rotativo e de parcelados.

A carteira de crédito ao consumidor da Financeira é composta pelas operações de financiamento do “Cartão Ouze”, administrado e emitido pela Calcard S.A. - Instituição de Pagamento (“Calcard”) (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no País. A Calcard é emissora e gestora do “Cartão Ouze”, apta a ter suas operações financiadas pela Calcred, conforme dispõe o “Contrato de Adesão para Emissão, Administração e Utilização do Cartão Ouze”. Além de emissora do “Cartão Ouze”, a Calcard, é agente arrecadador, e de cobrança ordinária e extraordinária, dos pagamentos efetuados pelos clientes da Calcred através da fatura do “Cartão Ouze”.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, bem como pelas as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), já foram aprovadas e adotadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), foram consideradas na elaboração das demonstrações financeiras e estão listadas a seguir:

Pronunciamento	Resolução Bacen
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	BCB nº 120/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	BCB nº 120/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	BCB nº 2/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	BCB nº 2/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	BCB nº 178/2022
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	BCB nº 8/2022
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	BCB nº 120/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	BCB nº 2/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	BCB nº 9/2020
CPC 28 - Propriedade para Investimento	BCB nº 170/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	BCB nº 59/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	BCB nº 2/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	BCB nº 120/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	BCB nº 120/2021

Adicionalmente, outras normas divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen) que foram utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras:

Temas	Resolução Bacen
Ativo intangível	BCB nº 7/2020
Ativo imobilizado	BCB nº 6/2020
Instrumentos financeiros	BCB nº 352/2023

Conforme permissão disposta no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as presentes demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa ao período anterior.

Em 05 de março de 2026, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, foi autorizada a divulgação a partir dessa data.

b. Adoção de novas resoluções e impactos contábeis

i) Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023

Estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis para a) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, b) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, c) designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), e d) evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

O principal impacto da adoção dos novos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para a Financeira, está relacionado com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em contraposição ao anterior modelo de perdas incorridas. Em função dos modelos e parâmetros de cálculo da perda esperada, na data de transição, a Financeira reconheceu um aumento no valor da respectiva provisão no montante de R\$ 13.732, sendo R\$ 8.239 líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

Quanto às demais mudanças trazidas pelo novo regramento, como a classificação dos instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócio inerente, a apropriação de juros pela taxa efetiva, não foram observados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Financeira em função da adoção inicial das normas.

ii) Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024

Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Financeira e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6a - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- Nota Explicativa nº 7 – Ativo fiscal diferidos (realização dos créditos tributários).
- Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas).

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros geridos com o objetivo de obter retornos originados pelos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, bem como por vendas.
- **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios das categorias anteriores, e para os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, ao valor justo por meio do resultado.

A classificação de ativos financeiros em uma das categorias acima depende i) do modelo de negócios dentro do qual os ativos financeiros são administrados, e ii) das características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

- **Modelo de negócio:** é determinado de forma agregada e não individual por ativo financeiro, ou seja, ele reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir determinado objetivo de negócio quanto à realização de fluxos de caixa e gerenciamento de riscos, bem como o seu desempenho é avaliado e reportado para a Administração e os gestores são remunerados.
- (i) Teste SPPJ (Somente pagamento de Principal e Juros):** é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, sem nenhum elemento que traga volatilidade aos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Um ativo financeiro se caracteriza como pagamento de principal e juros se for semelhante a uma operação de empréstimo básico, que tem como característica fluxos de caixa e contraprestações contratuais consistentes, compostas pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, custos da operação e margem de lucro. Se tal critério não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação e mensuração subsequente de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

(iv) Valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, são utilizadas premissas e dados classificados conforme a hierarquia de valor justo descrita na nota explicativa 23, privilegiando-se, contudo, cotações de preços observadas em mercados ativos dos respectivos instrumentos, quando

disponíveis. A variação do valor justo dos ativos financeiros observada em cada data base de reporte, é reconhecida no patrimônio líquido para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou na demonstração do resultado, para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(v) Custo amortizado

Corresponde ao valor pelo qual o instrumento financeiro foi reconhecido inicialmente, acrescido e/ou deduzido dos custos de transação e valores recebidos na contratação, atualizado *pro rata temporis* pela taxa de juros efetiva, e deduzido das parcelas recebidas ou pagas e, no caso dos ativos financeiros, do saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No caso dos ativos financeiros, a atualização é interrompida caso o instrumento seja caracterizado como ativo problemático. Um ativo é caracterizado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou algum outro evento que indique que a operação não será integralmente honrada.

(vi) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação original é extinta.

(vii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Financeira apura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, utilizando metodologia simplificada, levando em conta dados da contraparte e características e dados do instrumento, inclusive quanto ao histórico de adimplemento, de atrasos e de realização.

A perda esperada apurada de acordo com a metodologia interna da Financeira é contabilizada pela diferença, se superior, em relação aos valores mínimos de provisão para perdas incorridas e perda adicional, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

e. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 5 anos
- Outros: de 5 a 10 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

f. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Financeira são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Financeira são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes.

h. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Financeira tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Financeira espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e

a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Financeira.

Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

i. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5%

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$120 no semestre, e a provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15%, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

j. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. A Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Disponibilidades (i)	27
Aplicações interfinanceira de liquidez (ii)	35.514
Total	35.541

- (i) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.
- (ii) Referem-se a aplicações no mercado aberto (operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais) e possuem vencimento em até três meses da data de aplicação, sendo remuneradas de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo, cuja rentabilidade varia entre 87% e 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de títulos e valores mobiliários por categoria, tipo de papel e prazos, possuía a seguinte composição:

Valor justo por meio outros resultados abrangentes	De 1 a 3 anos	Valor de mercado	Valor do custo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.956	20.956	19.567
Total	20.956	20.956	19.567

Circulante	-
Não circulante	20.956

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O montante do ajuste a valor de mercado apurado em 31 de dezembro de 2025, de R\$1.389 foi contabilizado em conta específica do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

A Financeira não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no período.

6 Operação de crédito

As operações de crédito na Financeira caracterizam-se pela disponibilização de crédito ao consumidor através de empréstimo pessoal e operações com juros transacionadas com os cartões de crédito Ouze (crédito rotativo, parcelamentos e saques). Essas operações estão classificadas na categoria custo amortizado, de acordo com o previsto na Resolução nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 do CMN.

a. Composição da carteira de crédito por segmento

	31/12/2025
Empréstimos	42.292
Cartão de crédito - Crédito rotativo	30.962
Cartão de crédito - Crelq/Acordos/Renegociados	140.849
Cartão de crédito - Parcelado com Juros	55.598
Cartão de crédito - Saques Financiados	479
Total	270.180
	Circulante 236.060
	Não circulante 34.120

b. Composição dos valores a receber por tipo de cliente e atividade econômica

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da carteira de crédito de R\$270.180 é composto integralmente por pessoas físicas.

c. Composição dos valores a receber por vencimento

	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	18.651
Até 3 meses	102.692
De 3 a 12 meses	114.717
Acima de 1 ano	34.120
Total	270.180

d. Concentração dos valores a receber

	31/12/2025	Percentual de participação%
1º maior devedor	233	0,09%
Dez maiores devedores seguintes	1.341	0,50%
Cinquenta maiores devedores seguintes	2.853	1,06%
Restantes dos devedores	265.753	98,36%
Total	270.180	100%

e. Composição dos valores a receber por faixa de perda apurada

A totalidade das operações de crédito da Financeira se enquadra na definição de Carteira 5 (C5), de acordos com os critérios definidos na Resolução BCB no. 352/23. A seguir é demonstrada a distribuição da carteira de crédito por faixa de atraso e níveis de provisão, mínimos regulatórios e os correspondentes ao total da perda esperada apurada de acordo com o modelo interno da Financeira:

31/12/2025						
Faixa de atraso	Carteira (a vencer)	% Perda Incorrida	% Perda Adicional	% Perda Esperada	% Perda Total	Provisão
000-000	58.855		1,90%	1,90%	3,80%	(9.054)
001-014	7.050		1,90%	27,20%	29,10%	(3.232)
015-030	10.267		7,50%	27,20%	34,70%	(4.638)
031-060	16.704		15,00%	55,50%	70,50%	(11.541)
061-090	15.039		38,00%	66,60%	104,60%	(12.372)
091-120	15.025	50,00%	3,40%	69,74%	73,14%	(12.366)
121-150	13.214	53,40%	3,40%	71,70%	75,10%	(11.016)
151-180	12.437	56,80%	3,40%	72,08%	75,48%	(10.653)
181-210	12.521	60,20%	3,40%	73,78%	77,18%	(10.854)
211-240	12.903	63,60%	3,40%	75,43%	78,83%	(11.270)
241-270	14.081	67,00%	3,40%	77,16%	80,56%	(12.618)
271-300	11.963	70,40%	3,40%	79,87%	83,27%	(10.833)
301-330	14.050	73,80%	3,40%	81,77%	85,17%	(12.841)
331-360	12.905	77,20%	3,40%	85,32%	88,72%	(12.162)
361-390	8.902	80,60%	3,40%	88,39%	91,79%	(8.902)
391 - 420	9.494	84,00%	3,40%	90,70%	94,10%	(9.494)
421 - 450	7.256	87,40%	3,40%		90,80%	(7.256)
451 - 480	6.262	90,80%	3,40%		94,20%	(6.262)
481 - 510	5.969	94,20%	3,40%		97,60%	(5.969)
511 - 540	5.283	97,60%	2,40%		100,00%	(5.285)
Total	270.180					(188.618)

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
Saldo 31 de dezembro de 2024	(69.495)
Constituição provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (i)	(161.490)
Reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (cessão de carteira) (Nota 6.h)	20.241
Transferência para prejuízo (ii)	22.126
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(188.618)

- (i) Corresponde ao somatório da despesa com a constituição da provisão no exercício de 2025, no valor de R\$147.758, com o montante do ajuste apurado na adoção inicial dos novos critérios de perda esperada estabelecidos pela Resolução CMN no. 4.966/21, no valor de R\$13.732, contabilizado à conta de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.
- (ii) Com a entrada em vigor da Resolução CMN no. 4.966/21, da Resolução BCB no. 352/23 e da Lei no. 14.467/23, em 1º. de janeiro de 2025, a Calcred passou a baixar as operações de crédito para prejuízo quando vencidas a partir de 540 dias.

g. Receita com operações de crédito

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Rendas com empréstimo	12.475	34.500
Rendas com cartão de crédito	74.619	149.711
Total	87.094	184.211

h. Cessão de crédito da carteira

Em 2025, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, sem retenção substancial dos riscos e benefícios, referente a parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 360 dias. A transação foi efetuada com a cessionária Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ouze. A cessão da carteira ativa, gerou a baixa da carteira de crédito no valor nominal total de R\$ 20.241, contra uma despesa (deságio) de R\$ 18.199 e consequente reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o que gerou resultado positivo na cessão no valor de R\$ 1.455.

As cessões de carteira baixada para prejuízo totalizam o montante de R\$ 779 de valor nominal, tendo negociadas com um deságio de R\$ 743, gerando um ganho na cessão de R\$ 36.

Abaixo, um resumo das transações cedidas:

	Saldo curva	Deságio	Resultado Líquido
Cessão de carteira prejuízo	779	(743)	36
Cessão de carteira ativa	19.654	(18.199)	1.455
Total	20.433	(18.942)	1.491

i. Composição de despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Constituição da provisão para perdas esperadas no semestre	(73.374)	(147.758)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.124	6.691
	(70.250)	(141.067)

7 Ativos fiscais diferidos

a. Créditos tributários

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são constituídos para as despesas apropriadas no semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias e de prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2025, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Prejuízo fiscal	1.540	924	2.464
Provisões administrativas	42	69	111
Provisão processos cíveis e trabalhistas	4	7	11
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.610	20.211	32.821
Total	14.196	21.211	35.407

b. Detalhamento da apuração fiscal

	31/12/2025
Saldo de prejuízo fiscal	6.161
Saldo de provisões administrativas e processos judiciais	306
Saldo de provisão para perdas esperadas com crédito, temporariamente não dedutível	82.054
Total	88.521
Crédito tributário constituído - Imposto de renda - 25%	22.129
Crédito tributário constituído - Contribuição social - 15%	13.278
Total	35.407

c. Movimentação do crédito tributário

	31/12/2025
Saldo inicial do crédito tributário	28.527
Constituição	27.335
Utilização do crédito	(20.095)
Outros ajustes	(360)
Saldo final do crédito tributário	35.407

d. Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor Contábil	Valor Presente
2026	32.512	31.180
2027	788	650
2028	788	577
2029	788	512
2030	531	306
Saldo final do crédito tributário diferido	35.407	33.225

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a média da taxa de captação de 118% da taxa DI.

8 Outros ativos

	31/12/2025
Devedores diversos (a)	21.115
Tributos a recuperar	16.398
Despesas antecipadas	474
Depósito Judicial	34
Adiantamentos a fornecedores	20
Total	38.041
Circulante	38.007
Não circulante	34

(a) O saldo de devedores diversos é composto basicamente de valores a receber referente a partes relacionadas Calcard S.A e Cal Insurance.

9 Outros Ativos financeiros

Refere-se a valores a receber da Calcard, referentes aos pagamentos de clientes a serem repassados em função do fluxo financeiro de cartões financiados.

10 Imobilizado

a. Composição

	Taxa anual	Custo	31/12/2025 Depreciação acumulado	Total
Móveis e Utensílios	10%	26	(13)	13
Equipamentos de processamento de dados	20%	80	(77)	3
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	83	(45)	38
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	140	(140)	-
Imobilizado em andamento		416	-	416
Total		745	(275)	470

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Móveis e Utensílios	16	-	(3)	13
Equipamentos de processamento de dados	19	-	(16)	3
Máquinas e equipamentos	45	-	(7)	38
Imobilizado em andamento	66	350	-	416
Total	146	350	(26)	470



11 Intangível

a. Composição

	Taxa anual	31/12/2025		
		Custo	Amortização acumulada	Total
Licenças de software	10%	6.146	(5.085)	1.061
Total		6.146	(5.085)	1.061

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Licenças de software	2.290	-	(1.229)	1.061
Total	2.290	-	(1.229)	1.061

12 Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são atrelados ao CDI, com percentuais entre 106% e 123%. Os depósitos a prazo possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2025
Depósitos a prazo	32.167	8.993	44.303	71.096	156.559
Circulante					85.463
Não circulante					71.096

a. Despesas com captação

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Despesa com depósitos a prazo	(13.977)	(26.727)
Total	(13.977)	(26.727)

13 Credores diversos

	31/12/2025
Credores Diversos (a)	12.274
Fiscais e previdenciárias	3.911
Valores a pagar de sociedades ligadas	1.999
Outros	392
Total	18.576

(a) Referente a fornecedores, consumo e serviços diversos.



14 Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, a Financeira possui somente ações cíveis classificadas com risco de perda provável, e está registrado na rubrica de provisão para contingência o valor de R\$ 18. O total de ações cíveis classificados com risco de perda possível é de R\$ 16 em 31 de dezembro de 2025, com base no julgamento dos assessores jurídicos da Financeira. Esses valores são calculados individualmente, por processo e com base nos valores históricos.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado está representado por 73.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

16 Receita de serviços de serviços

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Rendas de tarifas bancárias	13.987	15.089
Taxa Intercâmbio	3.625	3.625
Comissão	2.840	2.840
Total	20.452	21.554

17 Despesas de pessoal

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Proventos	(388)	(771)
Encargos fiscais	(132)	(261)
Benefícios	(127)	(214)
Total	(647)	(1.246)

18 Despesas administrativas

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Processamento de dados e telecomunicações	(916)	(1.841)
Depreciação e amortização	(627)	(1.255)
Serviços do sistema financeiro	(235)	(493)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(171)	(385)
Outras despesas	(3)	(11)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(2)	(2)
Total	(1.954)	(3.987)

19 Despesas tributárias

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
PIS/COFNNs	(4.077)	(8.261)
ISSQN	(1.036)	(1.149)
Total	(5.113)	(9.410)

20 Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Receitas/ (Despesas) de intercompany	(7.302)	(14.048)
Ganhos/(Perdas) operacionais	(8.828)	(13.967)
Total	(16.127)	(28.012)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.464	2.692
Diferenças temporárias de provisões - adições, líquidas das exclusões	107.964	108.651
Diferenças permanentes - adições, líquidas das exclusões (*)	(104.590)	(104.590)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	6.838	6.753
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.431)	(2.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.472	1.387

22 Transação com partes relacionadas

As partes relacionadas da Financeira incluem transações com as empresas controladoras, coligadas e pessoas chave na Administração. Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle. Não houve pagamento de pró-labore aos administradores no exercício de 2025. A Financeira não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores financeiros entre a Financeira e as empresas relacionadas, pertencentes ao mesmo grupo econômico, estavam assim compostos:

	Calcenter Calçados Ltda	Calcard S.A	Z&M Participações	2025
Ativo				
Contas a receber	13	15.365	-	15.378
Total ativo	13	15.365	-	15.378
Passivo				
Depósitos a prazo	17.366	20.996	-	38.362
Outras contas a pagar (a)	51	13.626	-	13.677
Total passivo	17.417	34.622	-	52.039
Receitas/(Despesa)				
Centro de serviços compartilhados	278	(12.464)	(9)	(12.195)
Despesas diversas	-	-	(117)	(117)
Receitas Profit Sharing	-	14.781	-	14.781
Despesas captação	(2.376)	(1.949)	-	(4.325)
Total Resultado	(2.098)	368	(126)	(1.856)

- (a) São valores a curto prazo, correspondentes às compras realizadas através dos cartões de crédito da Calcard pelos clientes nas lojas da parte relacionada Calcenter Calçados Centro Oeste Ltda.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A estrutura de gerenciamento de riscos da Financeira esta pautada no conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos direcionados a conformidade e gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e a gestão de capital.

A estrutura está em constante evolução, buscando sempre adotar as melhores práticas de mercado em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil, de modo a ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. São realizados testes de estresse para exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos e análise de sensibilidade permitindo avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital de eventos na instituição.

Compreendendo as unidades de Riscos financeiros, riscos não financeiros, Compliance, Controles internos e Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo (PLD/CFT) e a Gestão de Capital, atua com a missão de manter em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira, através do monitoramento da regulamentação interna e externa, incluindo apoio as áreas da CFI para o seu efetivo

atendimento, revisão e publicação de normas. No âmbito de PLD/CFT monitora tanto as propostas dos clientes em potencial, quanto as movimentações atípicas ou suspeitas dos clientes utilizando-se de processos e melhores práticas de mercado.

a. Riscos operacionais

Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se nestes eventos o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, respeitando os normativos vigentes.

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas.

b. Risco de crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação.

A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório.

c. Risco de mercado

Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição e o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A gestão da metodologia baseada em perdas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira, denominadas Delta EVE e Delta NII para cálculo de requerimento de capital, tem como características evidenciar as diferenças entre a gestão e o controle de Risco de Mercado da Taxa de Juros da gestão e o controle do IRRBB. O monitoramento da exposição ao risco se dá com base na volatilidade de mercado que é possível estimar a perda máxima de uma carteira, dado um intervalo de tempo e um índice de confiança.

(i) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Financeira acompanha sua exposição ao risco de mercado por meio do modelo padronizado do BACEN para a carteira bancária (IRRBB Delta NII). Esse modelo mensura o impacto no resultado

de intermediação financeira em cenários de aumento e redução de até 400 pontos-base na curva de juros.

(ii) **Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação regular entre participantes do mercado na data de mensuração. A hierarquia de valor justo classifica os instrumentos financeiros em três níveis:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

	31/12/2025	
	Nível 1	Total
Ativo		
<i>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</i>		
Títulos e valores mobiliários	20.956	20.956

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. No exercício findo em 31/12/2025 não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

d. Risco de liquidez

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos.



e. Gestão de Capital

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas.

f. Limite operacional

A Calcred integra o conglomerado prudencial liderado pela Calcard Instituição de Pagamentos. As exigências de capital mínimo são apuradas de forma consolidada, em conformidade com a regulamentação vigente. Em 31 de dezembro de 2025, o conglomerado apresentou Índice de Basileia de 18,71%.

24 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação desta demonstração financeira.

* * *

Rosangela Sutil
Diretor Financeiro Executivo

Alexandre Henrique Martins
Contadora - CRC 1SP-207559/O-6